



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo nº: **0018740-40.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941**
 Requerente: **Serviço Autônomo de Água e Esgoto S A A e**
 Requerido: **Lucia Lago Daló e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

VISTOS.

Trata-se de Ação de Desapropriação proposta pelo **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – S.A.A.E** contra **LÚCIA LAGO DALÓ, ANA PAULO LAGO DALÓ, LUIZ PAULO LAGO DALÓ e ALEXANDRE AUGUSTO LAGO DALÓ**, visando à utilização do imóvel descrito na inicial para a construção de um reservatório.

A inicial veio instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação, atendendo ao disposto no artigo 13 do Decreto-Lei nº 3.365/41.

Foi depositado o valor encontrado pelo laudo pericial provisório (fls. 108).

Foi deferida a imissão na posse.

As partes noticiaram a celebração de um acordo (fls. 139/141), pelo qual os requeridos se deram por citados e concordaram com o preço ofertado.

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

Homologo o acordo a que chegaram as partes, para que surta os seus efeitos legais, julgo extinto este processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, II, do Código de Processo Civil e **PROCEDENTE** o pedido, para o fim de declarar incorporada ao patrimônio do expropriante a área descrita na inicial,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

abrangida pelo decreto declaratório de utilidade pública, mediante o pagamento de indenização no valor apurado pelo laudo judicial e depositado a fls. 108.

Satisfeito o preço, servirá esta de título hábil para a transferência do domínio à expropriante, expedindo-se carta de sentença.

Após o trânsito em julgado, autorizo o levantamento, pelos expropriados, do valor da indenização depositado a fls. 108, uma vez cumpridas as formalidades previstas no artigo 34 do Dec. Lei nº 3661/41.

P R I C

São Carlos, 29 de outubro de 2013.